# MANIFESTO NACIONAL

# JUVENTUDES QUE DECIDEM

Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Rio Grande do Sul - RS, 15 de Agosto de 2026.

*À Sociedade Civil, Poder Executivo, Poder Legislativo e Organizações Sociais.*

+55 (21) 2233-7460 acaodacidadania.org.br
Rua da Gamboa, 246 | Santo Cristo | 20220-325 | Rio de Janeiro | RJ

Nós, juventudes brasileiras, mobilizadas e articuladas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, realizamos em 15 de agosto de 2026, o Ato Nacional "Juventudes que Decidem", em alusão ao Dia Mundial das Juventudes (12 de agosto), reunindo cerca de 200 jovens entre acadêmicos, ativistas, atores culturais de diferentes cidades para construir este manifesto, debater as problemáticas sociais que nos impactam cotidianamente e reivindicar os nossos direitos. Reafirmamos que os conhecimentos, experiências e saberes produzidos pelas juventudes devem ser reconhecidos como fundamentais para pensar o presente e construir o futuro, afinal, nós somos um segmento essencial para o alargamento, a defesa e a manutenção da preciosa democracia brasileira.

A Ação da Cidadania, enquanto uma instituição fundamental para a participação cidadã e a democracia no Brasil, com mais de três décadas de existência mantendo o legado do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, sempre compreendeu a nossa importância e potencial. Historicamente, a organização elegeu a cultura como uma de suas primeiras e principais pontes de diálogo com as juventudes, entendendo a arte, a comunicação e as expressões periféricas não apenas como entretenimento, mas como potentes ferramentas de formação cidadã, mobilização social e transformação territorial. Em 2026, foi lançado o projeto piloto “Juventudes em Ação” em parceria com o Consulado Geral da Irlanda, realizado pela área de Participação Social. A iniciativa, conduzida pelo Lab Cidadania, oferece uma formação voltada à soberania e segurança alimentar e nutricional, ao engajamento cívico e ao ativismo. Devido à sólida atuação da entidade e de suas lideranças regionais, a fase inicial do projeto contemplou os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Ao longo da história, as juventudes estiveram presentes em importantes processos de transformação social e política no país. Hoje, diante do agravamento das desigualdades e dos desafios à democracia, reafirmamos que queremos ocupar os espaços de resistência, mas também os espaços de decisão. Vivemos em uma grande potência política e econômica na América Latina, com a mais rica biodiversidade do mundo que movimenta a vida e a cultura de milhões de pessoas. Esta carta nasce do encontro, escuta, mobilização e construção coletiva de juventudes divididas em diferentes territórios, realidades e experiências, mas que compartilham o mesmo desejo: construir um Brasil mais justo e igualitário.

Nós buscamos, por meio deste manifesto, reivindicar os direitos das periferias, das favelas, dos povos da floresta e das águas, e de todos grupos socialmente minorizados, que mais precisam da garantia de Justiça Climática, Segurança Alimentar e Nutricional, Cultura e Direito à Cidade. Entregar este manifesto aos governantes não é e nem deve ser um ato apenas burocrático, é um chamado à responsabilidade política com as vidas que sustentam este país. Convidamos cada gestor público, liderança social e cidadão a ler as páginas a seguir não apenas como palavras, mas como um compromisso coletivo firmado com quem está na ponta enfrentando as desigualdades. As juventudes não aceitam mais decisões tomadas sem a nossa presença. Portanto, leiam, escutem e decidam conosco o Brasil que já começou a mudar.

## 1. DIREITO À CIDADE E MOBILIDADE URBANA

O Direito à Cidade é o direito de todas as pessoas de viver, circular, ocupar, produzir, transformar e participar das decisões sobre os espaços em que vivem, com acesso democrático aos bens, serviços, oportunidades e equipamentos urbanos. No entanto, a cidade não é vivida de forma igual por toda a população. O território, a renda e as desigualdades sociais, raciais e de gênero determinam quem consegue acessar educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, mobilidade, segurança pública, moradia e meio ambiente.

Para a juventude periférica, o território não é neutro e ele carrega as memórias das desigualdades e das relações de poder, que determinam quem tem acesso a áreas nobres e quem é empurrado para a vulnerabilidade. Sendo assim, defendemos que para garantia efetiva do direito à cidade é necessário assegurar o acesso equânime à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer, transporte público gratuito e à cidade como um todo para as nossas juventudes.

- **Nossas Exigências:**
    - **Mobilidade com Justiça:** Defendemos uma mobilidade urbana acessível, segura e digna, prevendo calçadas, faixa de pedestre e sinalização alinhadas ao conceito de acessibilidade universal. Reivindicamos a expansão de ciclovias, que liguem as periferias até as áreas centrais e bicicletários integrados aos modais de transporte público.
    - **Cidadania Trans:** Reivindicamos a criação de uma política pública de abrangência nacional inspirada no Programa Transcidadania, oriundo da cidade de São Paulo, com o objetivo de promover a reintegração social, o resgate da cidadania e a qualificação profissional como eixos centrais para a superação da exclusão histórica.
    - **Segurança Pública:** Queremos a garantia de deslocamentos seguros para jovens negros, indígenas e LGBTQIA+. Que a cidade pare de nos olhar como uma ameaça e reivindicamos o fim da criminalização dos nossos corpos e territórios. A circulação da juventude nos espaços públicos não pode ser “caso de polícia”.
    - **Territórios Acessíveis:** Reivindicamos cidades democráticas e resilientes, com infraestrutura urbana e ambiental adequada, instrumentos de mitigação e adaptação aos impactos climáticos, acessibilidade universal, e com maior participação popular na construção dos Planos Diretores.
    - **Transporte Público como Direito:** Exigimos a desprivatização dos transportes públicos, defendemos a Tarifa Zero e maior controle social e gestão coletiva dos transportes, com veículos em boas condições, seguros,

higienizados, e, garantindo ampliação de linhas, horários, rotas permitindo que a mobilidade urbana integre as periferias com dignidade.

- **Direito à Moradia e Permanência:** Reivindicamos uma política nacional de habitação que assegure o direito à posse da terra aos assentados e promova a ampliação de moradias populares sob a premissa do direito de permanecer e pertencer à cidade, bem como, a descentralização dos equipamentos públicos e a expansão de oportunidades de emprego e renda nos bairros e territórios periféricos, além da criação de espaços permanentes de participação das juventudes.

## 2. CULTURA, IDENTIDADE E EXPRESSÃO

A cultura faz parte de quem somos. Está nas nossas tradições, memórias, músicas, danças, artes e formas de expressão, ao dialogar com as juventudes adquirimos a percepção de como ela é construída e atravessada pela Cultura e pela Educação. Entendemos que tanto a educação formal institucional quanto a cultural aprendida na ballroom, nos coletivos, centros culturais, nas rodas de capoeira e no próprio território são fundamentais na expressão, na voz e na resistência da nossa juventude.

A cultura para nós é um direito básico, essencial como remédio para quem está doente, contudo, esse direito ainda não chega para todos. No entanto, ainda enfrentamos um cenário onde a arte e a cultura das favelas e periferias urbanas é tratada com desconfiança e o racismo institucional tenta silenciar nossos corpos em movimento. Defendemos que nenhuma forma de expressão cultural deve ser apagada, discriminada ou censurada, seja pela sua origem, pelo território onde é produzida ou pelas pessoas que a representam.

Por isso, reivindicamos que a cultura precisa estar presente onde os jovens estão.

- **Nossas Exigências:**
    - **Cultura popular como Direito:** Exigimos que os coletivos culturais sejam reconhecidos como utilidade pública, apoiados, formalizados e fortalecidos pelo poder público, com cessão de espaços públicos que não estejam sendo utilizados. Dessa forma, garantindo aos coletivos e iniciativas culturais da juventude espaços físicos dignos, estruturados e acessíveis para a realização de atividades culturais destinadas às infâncias e juventudes e tornando equipamentos culturais comunitários permanentes.
    - **Educação com Equidade:** Defendemos a ampliação do acesso e da permanência estudantil para as juventudes no Ensino Superior, por meio da ampliação de cursos profissionalizantes e incentivo aos cursinhos populares com expansão da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), garantia de subsídio e alimentação para permanência dos estudantes. Além disso, exigimos Cotas e políticas de inclusão para pessoas trans, travestis e não-bináries nas Universidades e em Concursos Públicos;
    - **Memória e reparação:** A cultura deve ser protegida contra a alienação e a repressão, servindo como base para o direito à memória e à libertação intelectual da juventude. Sendo assim, reivindicamos o dever do Estado em criar e manter espaços que reverenciam os povos indígenas, das florestas e das águas, bem como, as tradições dos povos quilombolas e de terreiro que sustentam nossa identidade brasileira.

- **Cultura Descentralizada:** Exigimos a democratização e a descentralização dos recursos públicos de cultura, com cotas territoriais para periferias, favelas e comunidades, bem como, fomento e incentivo à cultura ballroom, os saraus e as batalhas de rima, reconhecendo sua importância e legado para as vivências trans, negras e indígenas. Queremos produzir, criar, ocupar espaços, ter nossas identidades respeitadas e participar das decisões sobre as políticas culturais dos nossos territórios.

- **Educação e Cultura:** Queremos a integração entre educação e cultura nas escolas, reivindicamos que os equipamentos da educação formal ofereçam formações em artes, produção cultural, tecnologia, comunicação e cidadania, recebendo crianças e adolescentes no contraturno escolar, com investimento nas práticas culturais locais, a fim de promover o turismo comunitário e responsável, os saberes territoriais e a educação para além da sala de aula.

## 3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Comer com dignidade é um direito humano. A reivindicação da juventude é pelo acesso efetivo ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nos termos do art. 6º, da Constituição Federal de 1988. Nós, juventudes de diferentes territórios, entendemos que a proteção do meio ambiente está diretamente ligada ao que chega às nossas mesas, é da terra que vem nossa vida e nosso sustento. No Brasil, o acesso à alimentação é marcado por profundas desigualdades, dividindo a população entre aqueles que possuem condições econômicas para usufruí-las e aqueles que diante a insuficiência de renda, têm o acesso à alimentação comprometido.

A insegurança alimentar afeta grande parte da população, entretanto, daremos ênfase às juventudes. Muitos jovens, mesmo com emprego, não conseguem realizar todas as refeições diárias devido a falta de tempo e a sobrecarga da escala 6x1. Somos nós, juventude, que diante da insuficiência de renda vive com o receio em não ter alimentos para o outro dia e que cotidianamente se alimenta com ultraprocessados e enfrenta os enormes impactos na saúde. Contudo, essas problemáticas, por vezes naturalizadas, deveriam ser tratadas com extrema urgência.

A mesma juventude que constrói e *"representa o nosso futuro"*, tem tido o acesso a um direito básico violado. E qual será a resposta do Estado?

- **Nossas Exigências:**
    - **Fortalecimento da Agricultura Familiar:** Defendemos o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia como caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional, por meio do incentivo e expansão da agricultura familiar, da aquisição desses alimentos por meio de programas como o PAA e o PNAE. A fim de garantir a geração de renda dos agricultores e ampliar o acesso e o consumo de alimentos saudáveis e agroecológicos. Exigimos políticas públicas e programas que atuem na formalização de agricultores familiares e promovam a criação de quintais produtivos, como uma iniciativa de combate aos desertos alimentares e de arborização nas periferias, mitigando os impactos da crise climática, para que nenhuma família fique sem o direito básico de se alimentar com dignidade.
    - **Segurança Alimentar nas Escolas:** Exigimos o fortalecimento do PNAE, considerando a merenda escolar como política de SAN efetiva, prevendo a ampliação de horários e refeições, e melhoria da qualidade nutricional. Além do fortalecimento do CAE para a fiscalização efetiva das escolas e da utilização adequada do recurso repassado pelo FNDE aos municípios destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

- **Agroecologia e Educação Alimentar:** Defendemos a implementação e o fortalecimento de programas e ações voltadas à educação alimentar e nutricional nos territórios, bem como o apoio público às hortas comunitárias agroecológicas, reconhecendo-as como espaços fundamentais de produção de alimento, educação ambiental e geração de renda.

- **Acesso à Alimentação:** Exigimos o fortalecimento das cozinhas comunitárias nos bairros com acesso a alimentos frescos e diversificados para famílias em situação de vulnerabilidade, e o combate aos desertos alimentares, com políticas de acesso à comida de qualidade perto de onde as pessoas moram.

## 4. JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL

A seca histórica na região norte em 2023, as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 e os deslizamentos que assolam a região serrana do no Rio de Janeiro, mostraram que as calamidades socioambientais causadas pela crise climática não atingem todas as pessoas da mesma maneira. Entendemos que não existe justiça climática quando alguns territórios têm infraestrutura para enfrentar os impactos enquanto outros são deixados para lidar sozinhos com os prejuízos.

Com o avanço da crise climática, essas catástrofes socioambientais ganham cada vez mais força e proporção. Dessa forma, quando o Estado escolhe quais territórios proteger e quais deixar submersos e os territórios de maioria negra e indígena convivem com décadas de descaso do poder público, o racismo ambiental se torna ainda mais evidente. Nas periferias, devido a falta de infraestrutura e a ausência de políticas públicas de adaptação climática, a população já está pagando a conta de uma dívida que não contraiu.

O “preço” da crise climática chegará para todos, mas nem todas as pessoas e territórios sofrerão com as consequências da mesma forma.

- **Nossas Exigências:**
    - **Arborização e Protagonismo Popular:** Exigimos investimento público em programas de arborização participativa com mutirões de plantio, distribuição de mudas de árvores frutíferas para o fomento de quintais produtivos e a instalação de telhados verdes. Reivindicamos também, o investimento em educação climática com formações para as juventudes, com o objetivo de formá-los como agentes ambientais do território.
    - **Saneamento e Infraestrutura:** Defendemos o saneamento básico universal e efetivo nos bairros periféricos, com manutenção regular da rede de esgoto e das galerias pluviais. Reivindicamos também um maior investimento em obras de adaptação e mitigação aos impactos da crise climática, alinhadas ao conceito de cidades-esponja, investindo na criação de parques alagáveis, piscinões e jardins de chuva.
    - **Prevenção de Riscos Climáticos e Responsabilização Justa:** Exigimos o mapeamento e a contenção das áreas de risco de deslizamentos, enchentes, secas e queimadas com participação comunitária, além do investimento em infraestrutura resiliente para habitações em territórios propensos às vulnerabilidades climáticas. Reivindicamos, também, a rigorosa fiscalização e responsabilização das grandes empresas causadoras de emissões e severos impactos ambientais;

- **Reconstrução com Justiça:** Exigimos uma política de reparação que prevê a reconstrução das casas com justiça social e climática, que não reproduza a precariedade anterior aos desastres com devida prevenção e adaptabilidade aos desastres climáticos, saneamento básico, mobilidade urbana acessível, infraestrutura pública e escuta das comunidades.

- **Participação Decisória:** Queremos o protagonismo jovem na transição ecológica. Defendemos a participação das juventudes nas decisões sobre planos de mitigação e adaptação, que prevejam locais preparados para receber a população antes, durante e após os eventos extremos.

- **Saúde Mental:** Exigimos o atendimento à saúde mental das populações afetadas pelas calamidades socioambientais, para que a ansiedade climática seja tratada como uma questão de saúde pública urgente, com acolhimento especializado para a juventude periférica.

**DA MOBILIZAÇÃO À AÇÃO**

Enquanto Lab Cidadania de Participação Social, time este formado por jovens ativistas e defensores dos Direitos Humanos, com mais de quatro anos de atuação trabalhando sob a perspectiva de ampliar a participação cidadã e contribuir para a construção de políticas públicas alinhadas à Agenda Betinho, Agenda 2030 da ONU e à promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, reiteramos a importância das reivindicações dos jovens gaúchos, paulistas e fluminenses contidos neste documento.

Reafirmamos que as exigências gritadas durante o Ato Nacional "Juventudes que Decidem" ecoarão por todo o Brasil em uma tônica de que, em diferentes territórios, as juventudes enfrentam barreiras similares referente ao acesso à direitos sociais e à garantia de projetos de futuro que estejam alinhados com suas características étnico-raciais, socioculturais e territoriais.

Com a convicção de que cabe a nós definir os rumos de nossas próprias trajetórias, firmamos este manifesto como um chamado urgente à ação dos tomadores de decisão nos Poderes Executivo e Legislativo, em todas as instâncias da República.

*Assinam este Manifesto,*

***Área de Participação Social da Ação da Cidadania:***

*Alice Neves*
*Ana Paula Souza*
*Cesar Varella*
*Gabriela Rodrigues*
*Heros da Silva Maria*
*Johari Silva*
*Natã Coutinho.*

***Alunos(as/es) da Formação Juventude em Ação:***

*Anriih Kaiowá*
*Ashley Nunes*
*Ewerthon Santos*
*Gabriel Nascimento*
*Jenis Roberta Ferreira de Azevedo*
*Jéssica Silva Ramos*
*Joá Vi Pereira*
*Luga Ferreira do Nascimento*
*Maria Esther Pereira de Jesus*
*Moracos Manicongo*
*Naty Mayumi*
*Rafael Vasconcellos*
*Taye Pacheco*
*Teodora Maria Pereira*
*Victória Gabrielle Francisco Rocha.*